

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.733 - RS (2019/0343956-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : WAGNER ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO : LUCIANA INES RAMBO - RS052887
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Wagner Advogados Associados, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 188):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS.

1. Se a execução contra a Fazenda Pública exceder o que a lei considera pequeno valor, não são devidos honorários advocatícios.
2. A particularidade de ter a Corte Superior determinado a fixação de honorários na execução, sem impor a observância de um limite mínimo, não obsta a aplicação do decidido pelo STF no julgado paradigma.

Embargos de declaração parcialmente providos, apenas para fins de prequestionamento (e-STJ, fls. 211-215).

Segundos embargos declaratórios rejeitados (e-STJ, fls. 237 e 238).

Sustenta a parte recorrente, em preambular, a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Assevera que a decisão colegiada foi omissa: 1) ao não considerar que foi ajuizado embargos à execução no caso, de modo que incidiria honorários, conforme dispõe o art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997; 2) quanto ao comando decisório da decisão proferida no Recurso Especial n. 1.172.192.

No mérito, pontua afronta ao art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997, porquanto seria cabível a incidência de honorários sobre todo o valor executado, diante da oposição de embargos pelo executado.

Por outro lado, aduz contrariedade aos arts. 507 e 1.000 do CPC/2015, sob o argumento de que a incidência dos honorários sobre todo o valor executado já havia sido estabelecida no julgamento do Recurso Especial n. 1.172.192, de modo que a questão da base de cálculo estaria preclusa.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 271-276.

É o relatório.

Assiste razão à parte insurgente no ponto em que sustenta afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois uma análise detida das decisões proferidas pelo Tribunal de origem, em cotejo com a petição do agravo de instrumento, dos

embargos de declaração e do recurso especial interpostos pela parte interessada, revela que houve omissão no aresto combatido quanto à alegação de que seriam cabíveis os honorários em razão da oposição de embargos à execução pela executada.

Conforme se observa dos autos, o acórdão recorrido consignou (e-STJ, fls. 189 e 190 – grifos acrescentados):

Com efeito, se o cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública exceder o que a lei considera pequeno valor, não são devidos honorários advocatícios, *exceto se oposta impugnação*, sob pena de se negar vigência ao citado § 7º do art. 85.

No entanto, não apreciou a assertiva de que houve, no caso, oposição de embargos à execução pela Fazenda Pública, o que ensejaria, de acordo com a própria premissa jurídica reconhecida no acórdão, a incidência de honorários sobre o valor embargado.

Por outro lado, descabido argumento de omissão quanto à decisão proferida no Recurso Especial n. 1.172.192, uma vez que a questão foi expressamente enfrentada pelo Tribunal *a quo*.

Confira-se (e-STJ, fl. 190):

No caso dos autos, a particularidade de ter a Corte Superior determinado a fixação de honorários na execução não obsta a aplicação do decidido pelo STF no julgado acima mencionado.

Aliás, diversamente do aduzido no recurso, não há, em nenhuma passagem do decisum proferido pela Corte Superior, determinação no sentido de que a base de cálculo dos honorários seja a totalidade da quantia executada. Eis o dispositivo da decisão que julgou monocraticamente o REsp, mantida em sede de agravo:

Ante o exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso especial para que incida a verba honorária, fixada de forma autônoma e independente em cada uma das referidas ações, definindo-se como limite máximo, o percentual previsto no art. 20, § 3º, do CPC.

Como se vê, o que se determinou foi a observância de um limite máximo, e não de um quantum mínimo, que correspondesse a uma porcentagem sobre o total executado.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal local mantém-se em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento a tempo e modo oportunos, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente no *decisum*.

Por estar configurada a ofensa ao disposto no art. 1.022 da legislação

processual, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios sejam sanados.

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM SOBRE A QUESTÃO SUSCITADA, À LUZ DOS ARTS. 96, 99 E 100 DO CTN E 126 DO CPC/73, A RESPEITO DA POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL, PARA FINS DE COBRANÇA DA MULTA ISOLADA. AFRONTA AO ART. 535, II, DO CPC/73 CONFIGURADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto em 18/08/2015, contra decisão publicada em 13/08/2015.

II. Na forma do posicionamento desta Corte, ocorre violação ao art. 535, II, do CPC/73, quando o Tribunal de origem deixa de enfrentar, expressamente, questões relevantes ao julgamento da causa, suscitadas, oportunamente, pela parte recorrente. Nesse sentido: STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 372.836/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 14/04/2014; AgRg no REsp 1.355.898/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/03/2014.

III. No caso dos autos, verifica-se que, conquanto o Estado de Minas Gerais tenha suscitado omissão - à luz dos arts. 96, 99 e 100 do CTN e 126 do CPC/73 - acerca da alegada possibilidade de prosseguimento da Execução Fiscal, para fins de cobrança da multa isolada, a Corte de origem não se manifestou quanto ao referido ponto, limitando-se a afirmar que, "verificada a nulidade do lançamento do débito tributário, uma vez que a adoção de procedimento diverso não poderia implicar na exigência do tributo, encontra-se comprometida a liquidez e certeza da CDA, ainda que se entenda pela possibilidade de aplicação de multa. Diante disso, não há outra opção a não ser a extinção da execução, conforme determinou a sentença, confirmada posteriormente por esta 06ª Câmara Cível".

IV. Para evidenciar a relevância, em tese, da questão em torno da possibilidade de prosseguimento da Execução Fiscal, para fins de cobrança da multa isolada - questão suscitada, oportunamente, nos Declaratórios do Estado de Minas Gerais -, basta observar que, segundo os entendimentos compatíveis adotados, pela Primeira Seção do STJ, no REsp 1.115.501/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 30/11/2010) e no REsp 1.116.792/PB (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 14/12/2010), julgados sob o rito do art. 543-C do CPC/73, quando for possível discriminar, na Certidão de Dívida Ativa (CDA), mediante simples cálculos aritméticos, os valores que compõem tal título executivo -, como, por exemplo, na hipótese de discriminação dos valores referentes às obrigações tributárias principal e acessória -, o reconhecimento judicial da insubsistência da obrigação tributária principal, nesse exemplo dado, não constitui óbice ao prosseguimento da Execução Fiscal, em relação à parcela hígida e autônoma do crédito tributário exequendo, referente à obrigação tributária acessória.

Assim, é de se reconhecer a ausência de enfrentamento, no acórdão que rejeitou os Declaratórios do Estado de Minas Gerais, de questões essenciais ao deslinde do feito.

V. Desta feita, afigura-se acertada a decisão ora agravada, que reconheceu a afronta ao art. 535, II, do CPC/73, especialmente porque, além de ser vedada, ao STJ, a incursão em matérias de fato ou de direito local, quando do exame do Recurso Especial, a matéria de direito federal suscitada pela parte recorrente, no particular, deve ter sido devidamente prequestionada, para que se viabilize o conhecimento do Recurso Especial.

VI. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AgRg no AREsp 412.448/MG, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/4/2016, DJe 29/4/2016)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. BASE DE CÁLCULO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. OCORRÊNCIA.

1. O acolhimento de recurso especial por violação ao art. 535 do CPC/1973 pressupõe a demonstração de que a Corte de origem, mesmo depois de provocada mediante embargos de declaração, deixou de sanar vício de integração contido em seu julgado.

2. Na hipótese dos autos, o acórdão recorrido não se manifestou sobre as alegações referentes à nulidade da sentença, à impossibilidade de lançar tributo objeto de outra autuação e à indevida inclusão do IPI e do frete no cômputo da base de cálculo do ICMS/ST, as quais se mostram relevantes para a solução da controvérsia.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 477.321/MG, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 7/4/2016, DJe 15/4/2016)

TRIBUTÁRIO. ISSQN. EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DA CORTE A *QUO*, A DESPEITO DA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SOBRE QUESTÃO RELEVANTE PARA O DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA NOVO JULGAMENTO DOS ACLARATÓRIOS.

1. A análise das decisões proferidas pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 355/365 e 417/424), em cotejo com os recursos da sociedade contribuinte (e-STJ, fls. 305/309 e 403/414), revela que houve omissão no acórdão recorrido sobre "(a) a argumentação quanto à falta de instauração de procedimento administrativo com a finalidade de apurar a responsabilidade tributária da Recorrente, circunstância que redundaria na nulidade do título executivo, nos moldes do que prescreve o inciso, I, do artigo 618 do Código de Processo Civil, e ainda, (b) a circunstância envolvendo o suposto desrespeito às regras previstas pelos artigos 106, 134, parágrafo único e 144 do Código Tributário Nacional" (e-STJ, fl. 459), matéria relevante ao deslinde da controvérsia.

2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no

entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do art. 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal *a quo* persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum* ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição arguidas como existentes no *decisum*.

3. Por restar configurada a agressão ao disposto no art. 535 da legislação processual, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que julgou os embargos declaratórios, a fim de que o vício no *decisum* seja sanado.

4. Recurso especial provido para anular o acórdão dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em sede declaratória.

(REsp 1.313.492/SP, Rel. Min. DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 31/3/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração.

Determino o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito da omissão reconhecida na presente decisão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator